

Prêmio por “bom comportamento”?

Por ocasião da data-base 2011, mais uma vez sem negociação efetiva, foi decidido unilateralmente um reajuste que mal cobriu a inflação do período; não conseguimos levar adiante a discussão com os reitores sobre a proposta de valorização dos níveis iniciais da carreira docente, tão necessária para torná-la atraente.

Mas parece que não há escassez de recursos no caixa da reitoria da USP, pois agora chega o Prêmio Excelência Acadêmica Institucional e to-

dos os docentes e funcionários da USP irão receber R\$ 3.500,00 em duas parcelas de R\$ 1.750,00 (em 26/12 e 11/01, respectivamente), o que é mais que o dobro do prêmio concedido em 2009.

Recorde-se que em 2010 não houve prêmio: a Comissão Gestora manifestou-se desfavoravelmente “com base nos indicadores constantes do artigo 3º da Resolução 5483” (que estabelece os critérios para sua concessão). Agora volta-se a distribuir a gratificação, coincidentemen-

te em um momento em que a figura do reitor sofre intensa contestação e desgaste.

O que mais chama a atenção no *USP Destaques* de 6/12/11, que informa sobre o prêmio, é a explicação fornecida pela Reitoria: “O esforço de todos os servidores docentes e técnico-administrativos deve ser reconhecido nessa conquista, principalmente face à continuidade das atividades acadêmicas e administrativas, sem que houvesse qualquer tipo de paralisação ao longo do ano, o que vem contribuindo sobre-

maneira para a melhora dos índices de qualidade da USP”.

Será que o trabalho dos cerca de 6 mil docentes e 15 mil funcionários da USP mudou tanto de qualidade, entre 2010 e 2011, que justifique a não concessão do prêmio no ano passado e a sua concessão neste ano? Ou será que a grande diferença se deve à avaliação da Reitoria quanto ao “bom comportamento” de docentes e funcionários que, no corrente ano, não lançaram mão do direito de greve na defesa de suas reivindicações?

Nunca é demais lembrar que o prêmio se insere na lógica produtivista, vinculada à variação dos (discutíveis) indicadores de desempenho da universidade e graças à qual a Reitoria se permite, de maneira totalmente arbitrária, conceder ou não as tais gratificações anuais, fugindo à necessidade de negociar aumentos reais com os sindicatos de docentes e de funcionários.

Ademais, quem não se lembra das declarações do reitor de que não haveria mais prêmios em sua gestão?

Música e descontração no Baile da Adusp

O baile de confraternização da Adusp já se tornou uma boa tradição. O Clube dos Professores foi mais uma vez palco de muita diversão e música que embalaram os mais de 200 presentes neste ano – um dos maiores públicos já registrados até então. A pista de dança tornou-se pequena diante da efervescência provocada pela banda Mandau, que animou a noite com música popular brasileira, samba e até Beatles.

Após um ano de lutas e tensões na USP, o baile foi considerado bem vindo pelos convidados. “É o terceiro ano em que vou à festa, que tem se confirmado como um momento de confraternização dos nossos colegas professores. Notei que neste ano houve uma parti-

cipação maior, muitos rostos novos. Isso mostra que a festa está crescendo”, diz a professora Valéria de Marcos (FFLCH).

Vencido o jantar, muitos docentes aproveitaram para colocar a conversa em dia com velhos amigos. “Deu para encontrar várias pessoas que não víamos há tempos em um ambiente sem estresse. A banda foi muito boa. Acabou cedo, viu? Eu e os meus amigos achamos que acabou cedo!”, declara o professor Hélder Garmes em tom descontraído. O professor Marcelo Ventura (EACH) também compartilha dessa opinião. “Fui com a minha esposa e não fiquei até muito tarde, mas acho que conseguimos uma ja-



Fotos: Daniel Garcia

nela para encontrar os amigos fora do ambiente de trabalho”.

Estudantes decidem manter a greve

A última assembleia geral dos estudantes da USP, ocorrida em 30/11 na ECA, deliberou a continuidade da greve, mesmo considerando que o fim do semestre e as férias se aproximam, o que poderá dispersar o movimento. Diante disso, o comando de greve, em conjunto com os estudantes, optou por retomar de forma mais intensa somente em fevereiro de 2012 o debate acerca de tópicos como a repressão na universidade, a falta de democracia e diálogo da Reitoria e a revogação do convênio da USP com a Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Desde a assembleia ocorrida na Escola Politécnica, em 23/11, foi deliberado que a Calourada de 2012 será organizada pelo comando de greve. “A tarefa do movimento estudantil nas férias será organizar a

Calourada para gerar o debate e a conscientização dos alunos que estão por vir. É isso que esperamos colocar em prática na primeira semana de atividade de 2012 e, para a segunda semana, já estão marcadas tanto uma assembleia geral dos estudantes quanto uma da ECA”, informa Thiago Nahrenholz, diretor do Centro Acadêmico Lupe Cotrim, da ECA.

Na visão de Thiago Aguiar, integrante do Diretório Central dos Estudantes “Alexandre Vannucchi Leme” (DCE-Livre), a greve significou uma robusta resposta dos estudantes à “absurda situação de militarização do campus promovida pela Reitoria”. “A prisão dos estudantes foi uma grave derrota para o movimento social da universidade. Realizar, depois disso, assembleias e atos reunindo duas mil, três mil ou cinco mil pessoas, num final

de ano, foi uma demonstração política muito importante de que a luta pela democratização da universidade não começou e nem terminará hoje”.

Iluminação

O DCE-Livre participou ativamente no processo de greve tanto nas unidades da capital quanto nas do interior. “Estivemos, por exemplo, em atividades em Pirassununga, Ribeirão Preto e São Carlos. Neste último *campus*, realizou-se uma assembleia com 1.200 estudantes, que apoiou a mobilização, realizada em maior medida no Butantã, através de paralisações e atos”, explica Aguiar.

Até agora a Reitoria não manifestou qualquer intenção de revogar o convênio com a SSP. O reitor João Grandino Rodas foi convidado a comparecer a uma audiência pública na

Alesp (28/11) na qual prestaria esclarecimentos à Comissão de Educação. No entanto, não compareceu — enviou um ofício à Alesp alegando um problema em sua agenda — e nem enviou um representante. Nahrenholz, da ECA, acredita que, apesar de não ter havido qualquer tentativa de diálogo por parte da Reitoria, “o anúncio do novo sistema de iluminação, de alguma maneira, foi um ganho, já que era uma das reivindicações da greve” (ele refere-se à duplicação do número de lâmpadas do *campus* Butantã, que serão 7 mil ao todo).

Artur Hatamura, diretor do Centro Acadêmico de Engenharia de Produção da EP, questiona a greve: “O único mérito da greve foi criar um ambiente de debates, estimulando discussões inclusive entre alunos normalmente não

politicados. No entanto, o movimento não se preocupou em justificar-se perante a sociedade, o que fez com que a mídia e a sociedade em geral se voltassem contra os alunos da USP”.

“O ideal para resolver o problema de segurança seria um conjunto de mudanças como melhor iluminação, poda mais frequente das árvores, melhor treinamento da Guarda Universitária. Enquanto essas mudanças não são feitas, consideramos que a Polícia no *campus* seja uma medida provisória válida, desde que não reprima manifestações políticas e estudantis e se dedique à prevenção de crimes”.

Hatamura disse esperar que em 2012 o movimento “respeite os alunos que decidirem não entrar em greve, não cerceando o direito destes alunos de assistir às aulas”.

Em Rondônia, estudantes derrubam reitor suspeito de envolvimento em crimes de fundação “de apoio”

Os números dos acontecimentos que mudaram o destino da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) impressionam: foram 79 dias de greve dos estudantes e 55 dias de ocupação da Reitoria. O saldo concreto do movimento foi muito positivo, em especial a renúncia do reitor José Januário, acusado de desmandos administrativos e suspeito de envolvimento nas ilegalidades praticadas pela Fundação Rio Madeira (conhecida como “Riomar”); sua substituição pela vice-reitora, que não está envolvida nos esquemas ligados a ele; bem como a substituição de todos os principais dirigentes da UNIR.

Além disso, como aponta o blogue da greve, o Ministério da Educação finalmente deve-

rá liberar os recursos financeiros necessários à implantação do Hospital Universitário e de um Restaurante Universitário com capacidade de 1.000 lugares. “O orçamento destinado à construção e implementação do RU é de R\$ 4,5 milhões”, informa o blogue. O campus de Porto Velho passará a contar com quatro laboratórios de informática, e cada campus do interior com um laboratório.

Na avaliação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público Estadual de Rondônia, o agora ex-reitor é suspeito de envolvimento com uma organização criminosa cujo centro é precisamente a Riomar. O promotor Pedro Abi-Eqab encaminhou ofícios ao procura-

dor regional da República, Reginaldo da Trindade, e ao presidente da Comissão de Sindicância do MEC, Gustavo de Vasconcellos Cavalcanti, informando que em 2011 chegaram ao Gaeco “inúmeras informações dando conta de que a situação da Fundação Rio Madeira, entidade privada de apoio à Universidade Federal de Rondônia, ia além da mera má gestão, caracterizando crimes”.

Cumplicidade

Ainda segundo o promotor, a investigação revela que a Fundação Rio Madeira, “entidade formalmente criada para apoio à Universidade Federal de Rondônia, encontra-se desviada de sua função, em virtude da atuação de organização crimino-

sa, atuando através de múltiplas condutas ilícitas e com divisão de tarefas entre seus integrantes”. E prossegue: “Contornando as formalidades legais exigíveis para contratação com ente público, a Fundação Rio Madeira é utilizada para captar recursos junto a entes públicos e privados. O *modus operandi* do esquema consiste basicamente no desvio de verbas por meio da contratação de obras e serviços que não são prestados (alguns contratados junto a empresas fantasmas) e pagamento de suprimentos de fundos”.

O Gaeco considerava tão evidente a cumplicidade do então reitor da UNIR com a Fundação Rio Madeira que, em junho de 2011, desfechou contra a entidade uma

operação de busca e apreensão, autorizada pela justiça estadual, intitulada “Operação Magnífico”.

“Alguns dos suspeitos eram responsáveis por captar projetos que gerassem convênios com verbas para a Universidade Federal de Rondônia. A fundação era utilizada para receber as verbas, sob o pretexto de agilizar e desburocratizar os trâmites legais, o que na verdade facilitava o desvio”, afirma o promotor Abi-Eqab. “Quase todos os envolvidos são pessoas ligadas ao reitor José Januário, também suspeito de envolvimento no esquema”. Foram ajuizadas na comarca de Porto Velho, até agora, nada menos do que 15 ações civis e penais contra os acusados.

Adusp debateu a conjuntura e elegeu delegados ao 31º Congresso do Andes

A assembleia geral da Adusp de 29/11 teve início com um relato da audiência pública realizada na véspera na Assembleia Legislativa (Alesp), que teve como tema as perseguições políticas e a presença da Polícia Militar (PM) no *campus* da USP. Essa audiência ocorreu por iniciativa do deputado Carlos Giannazi (PSOL) e contou com a participação de um número significativo de docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes. Todos os oradores, tanto da mesa — composta pelo parlamentar, por representantes da Adusp, Sintusp, DCE-Livre e comando de greve dos estudantes — como do plenário, questionaram a ofensiva que tem sido adotada contra aqueles que não compartilham do projeto de universidade implantado por sucessivas administrações da USP, contradizendo o que se espera de sua função social e de espaço democrático para a livre expressão e para o debate de ideias. A audiência pública foi coberta pela TV Assembleia, permitindo maior acesso aos interessados.

Por deliberação da assembleia anterior, havíamos solicitado audiência ao Governador para tratar da presença da PM no *campus* Butantã da USP. A resposta a essa solicitação veio do gabinete da Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP-SP), dispondo-se a sentar conosco. Após discussão, decidimos não acatar a proposta do Secretário, e divulgar uma Carta Aberta ao Governador (*vide ao lado*) a ser encaminhada às mídias jornalísticas.

O professor José Maria Pacheco de Souza (FSP) infor-

mou os presentes sobre carta do Tribunal de Contas do Estado encaminhada a vários colegas que receberam salário superior ao teto do funcionalismo, o salário do Governador, no exercício de 2007. A mesa informou que a diretoria da entidade já havia tomado conhecimento do fato e que o GT-Jurídico analisava o assunto, que seria pautado em momento oportuno (*vide p. 4*).

O estudante Diego Cardoso, membro do Comitê de Greve da Letras, leu documentos relativos a incidentes ocorridos durante o piquete realizado por alunos de Letras e solicitou que a Adusp tomasse posição a respeito. A mesa informou que as denúncias feitas serão devidamente consideradas pela entidade, após melhor conhecimento dos fatos relatados, o que seria inviável ocorrer naquele momento.

Manifesto

O professor Helder Garmes (FFLCH) expôs o teor do “Manifesto pela Democratização da USP”, elaborado por alguns professores, e propôs a adesão da Adusp ao documento. Vários colegas se posicionaram sobre a questão, prevalecendo a decisão de deixar a critério de cada um a adesão ou não ao Manifesto.

A seguir, iniciou-se a discussão sobre a greve dos estudantes. Vários colegas ponderaram que as manifestações já tornadas públicas pela Adusp são suficientes, em especial as notas de 31/10 e 7 e 8/11 (*vide www.adusp.org.br*), prevalecendo a ideia de que não há necessidade de novos posicionamentos e que a Carta Aberta ao Governador deixa

clara nossa posição sobre a presença da PM no *campus* do Butantã da USP.

Por fim, passou-se à indicação dos delegados da Adusp ao 31º Congresso do Andes-SN (Manaus-AM, 15 a 20/1/2012), que terá como

tema *Caprichar na educação, garantir direito dos trabalhadores, para ter futuro*. Foram indicados os seguintes colegas: Andrés Vereik (FZEA), César Antunes de Freitas (FOB), Elisabetta Santoro (FFLCH), Helder Garmes (FFLCH), He-

loisa Borsari (IME), Kimi Aparecida Tomizaki (FE), Lighia B. H. Matsushigue (IF), Manoel Fernandes (FFLCH), Marcelo Ventura (EACH), Rosângela Sarteschi (FFLCH), Sérgio Souto (FZEA) e Valéria de Marcos (FFLCH).

Carta Aberta ao Governador do Estado de São Paulo

PM no campus da USP: uma tragédia anunciada!

Reconhecendo a importância e a legitimidade da luta dos estudantes pela democratização da USP, e reafirmando suas posições contrárias a soluções autoritárias no tratamento de ações de natureza política, a Assembleia da Adusp de 29/11/2011 decidiu reiterar os termos da seguinte carta aberta ao Governador do Estado:



A Assembleia da Adusp-Sessão Sindical do Andes-SN, atenta ao que vem ocorrendo desde a entrada da Polícia Militar do Estado (PM-SP) no *campus* Butantã da USP, dirige-se publicamente ao Governador do Estado, sr. Geraldo Alekmin, para manifestar o que segue.

As várias e violentas ações policiais que têm ocorrido no *campus* da USP resultam de uma política que substitui o necessário diálogo democrático pelo tratamento de conflitos por meio do uso da força bruta, modo de agir totalmente incompatível em qualquer espaço, em especial em um ambiente universitário, onde aprendemos e ensinamos a cultivar a *força* dos argumentos, base para o convívio civilizado. Se, em curto prazo, pode parecer que o caminho autoritário resolve conflitos, em um prazo mais longo, as nefastas consequências dessa prática levam a situações incompatíveis com a democracia e

a civilidade.

O recente convênio entre a USP e a Secretaria de Segurança Pública, permitindo o policiamento ostensivo do

campus Butantã pela PM-SP, em decisão tomada num momento de forte comoção, logo após a morte de um estudante, vítima de assalto, não resolve o problema de segurança, que exige soluções mais adequadas e compatíveis com o que se espera de um locus essencialmente educativo, plural e pressupostamente democrático.

O entendimento da Assembleia da Adusp é o de que os incidentes ocorridos no *campus* Butantã da USP também são de responsabilidade do Senhor Governador do Estado.

Segurança e democracia não se excluem, mas o autoritarismo está intrinsecamente ligado à violência

Assembléia Geral da Adusp
29/11/2011

PNE: relator propõe 8% do PIB até 2020

Ao apresentar seu substitutivo para o projeto de lei 8.035/10, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período 2011-2020, o relator, deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), alterou a meta 20, elevando para, “no mínimo”, 8% do Produto Interno Bruto (PIB), o montante anual de recursos a ser destinado à educação até o final do decênio. O texto do governo previa 7%. Apesar do avanço, o novo percentual ainda está distante dos 10% do PIB, índice defendido pelo movimento social e aprovado na Conferência Nacional de Educação (Conae 2010).

No seu relatório, Vanhoni afirma existir “uma dívida educacional em nosso País, cuja superação depende de metas ao mesmo tempo ousadas e factíveis” e então propõe o índice de 8% do PIB até 2020, “registrando que cada ponto percentual equivale a 40 bilhões de reais e que os agentes, destacadamente, o MEC, o CNE e o Congresso Nacional, acompanharão a execução do plano e poderão propor a revisão do percentual do PIB”.

O substitutivo traz outras mudanças relevantes. A meta 17, que previa “aproximar o rendimento médio dos profis-

sionais do magistério com mais de onze anos de escolaridade ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente”, passou a ter uma redação mais incisiva: “Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, a fim de equiparar a oitenta por cento, ao final do sexto ano, e a igualar, no último ano de vigência deste PNE, o rendimento médio destes profissionais ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente”.

A meta 18 também foi alterada. O texto original assegurava, em todos os sistemas

de ensino, planos de carreira para os professores. A nova redação estende esse benefício a todos os trabalhadores da educação, além de incluir como baliza salarial o piso nacional: “Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica pública em todos os sistemas de ensino, tendo como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do art. 206, VIII, da Constituição Federal”.

Uma nova meta relativa ao ensino fundamental foi incluída no PNE pelo relator: ga-

rantir, até 2015, que 85% dos alunos concluam essa etapa na idade apreçoada como correta; e, até 2020, que 95% dos alunos o façam. Determina, ainda, que até o final da vigência do PNE sejam expandidas em pelo menos 40% as matrículas do ensino superior público.

Um quadro comparativo entre o texto original e o substitutivo está disponível em www2.camara.gov.br/agencia/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/206568-CONFIRA.html. Dois artigos sobre o PNE foram publicados na *Revista Adusp* 50, disponível em www.adusp.org.br

TCE apura pagamentos acima do teto na USP

Alertados pelo professor José Maria Pacheco de Souza, da Faculdade de Saúde Pública, que buscou orientação jurídica da Adusp e deu informe a respeito na assembleia geral da entidade de 29/11, tomamos conhecimento do processo 5568/026/07, instaurado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) com a finalidade de apurar pagamentos a dirigentes e conselheiros da USP acima do teto salarial estadual, que é o salário do governador do Estado.

Ao examinar a prestação de contas da universidade do exercício de 2007, e particularmente os salários pagos a dirigentes e membros do Conselho Universitário, um dos conselheiros do TCE verificou que a USP não estaria aplicando o subteto constitucional, à época R\$ 14.800,00, hoje em R\$ 18.700,00.

Verificada a alegada irregularidade, todos aqueles docentes estão sendo intimados a tomar ciência do processo para, se assim decidirem, providenciar defesa em 30 dias.

De pronto, entendemos que

a responsabilidade primeira neste caso é da universidade, que deve apresentar ao TCE os fundamentos que balizaram a decisão da administração de realizar os pagamentos de modo diverso da norma constitucional em vigor. Em princípio, presume-se que os docentes envolvidos venham recebendo seus vencimentos de boa fé, não devendo ser punidos em consequência de eventual equívoco da administração.

Parâmetro

Vale destacar que a utilização do salário do governador como referência de teto para o funcionalismo é algo que sempre foi combatido pelo movimento docente, uma vez que este limite não guarda relação com a estrutura de carreiras no serviço público, além de não servir como parâmetro de retribuição pela responsabilidade no cargo ocupado, por excluir as verbas de representação e manutenção inerentes a esse cargo de natureza política.

Não foi por outro motivo que conquistou-se, na EC

47/05, a modificação da previsão original da EC 41/03, que possibilitou que os Estados fixassem, por meio de emenda constitucional estadual, como limite único, 90,25% do subsídio de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, hoje em R\$ 24.117,62.

Apesar disso, uma emenda à Constituição Estadual de São Paulo, EC 21/06, não propôs essa mudança, permanecendo o teto dos vencimentos dos servidores públicos estaduais da esfera executiva vinculados ao subsídio do governador do Estado. O momento enseja retomar iniciativas para lutar por mudar essa decisão no âmbito do legislativo.

Defesa

Nesse contexto, é importante que os docentes que sejam intimados pelo TCE apresentem defesa individual, considerando que esse tribunal é um órgão de controle do Poder Executivo Estadual, que tem ritos, prazos e procedimentos próprios, diferentes dos judiciais; e que a USP

assuma sua responsabilidade pelos pagamentos eventualmente efetuados em desacordo com a Constituição Federal.

Como desdobramento do processo administrativo no TCE, caso a decisão conclua em desfavor da Administração Pública, poderá ser aplicada multa à Administração e encaminhado ao Ministério Público Estadual (MPE) para ingresso de ação civil pública ou ação de improbidade administrativa, conforme o caso.

No tocante aos colegas que receberam vencimentos pagos acima do teto naquele exercício, caso o processo administrativo no TCE-SP conclua pela existência de débito do docente junto ao erário público, tal decisão vale como título executivo, podendo ser executada em juízo diretamente pela Fazenda Pública em desfavor do alegado devedor. Daí a importância de apresentar defesa ao TCE.

A Adusp atenderá os colegas associados que necessitarem saber como melhor proceder nestes casos.

EEL: correção necessária

O professor Domingos Sávio Giordani, chefe do Departamento de Química da EEL-USP, avisou o *Informativo Adusp* a respeito de equívocos cometidos na edição 338, no texto intitulado “Novo convênio deixa pendências na EEL”.

A Assembleia Legislativa (Alesp) aprovou o número de cargos solicitado pela EEL: 130 doutores e 12 titulares. A USP abrirá concurso para 88 doutores “já em 2012, a pedido da EEL, para a expansão do quadro necessário aos novos cursos e para concursar vários dos professores da Escola, hoje com contrato com a Secretaria de Desenvolvimento”, segundo o professor.

A matéria publicada no *Informativo Adusp* 338 dava a entender, ainda, que o Conselho Universitário não enviou à Alesp a solicitação de criação de cargos de funcionários técnico-administrativos. Mas a solicitação foi enviada e aprovada.